



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS DE**  
**CRÉDITO**

**VERÔNICA VIEIRA DE LIMA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO: O EXEMPLO**  
**DA CREDUNI, PARAÍBA.**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2013**

**VERÔNICA VIEIRA DE LIMA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO: O EXEMPLO  
DA CREDUNI, PARAÍBA.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito cancelado pela Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista em Gestão de Cooperativas de Crédito.

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2013**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Verônica Vieira da  
A educação financeira em cooperativas de crédito  
[manuscrito] : o exemplo da CREDUNI, Paraíba. / Verônica  
Vieira da Silva. - 2013.  
25 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão de Cooperativas de  
Crédito) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-  
Graduação e Pesquisa, 2013.

"Orientação: Lucas Vieira de Lima Silva, Departamento de  
Educação Física".

1. Educação financeira. 2. Orientação educacional. 3.  
Finanças. I. Título.

21. ed. CDD 334.2

**VERÔNICA VIEIRA DE LIMA SILVA**

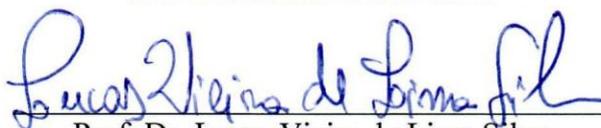
**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO: O EXEMPLO  
DA CREDUNI, PARAÍBA.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito realizado em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista em Gestão de Cooperativas.

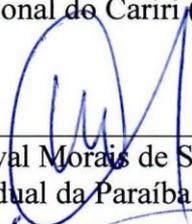
Orientador: Dr. Lucas Vieira de Lima Silva

Aprovada em: 07/12/2013.

**BANCA EXAMINADORA**

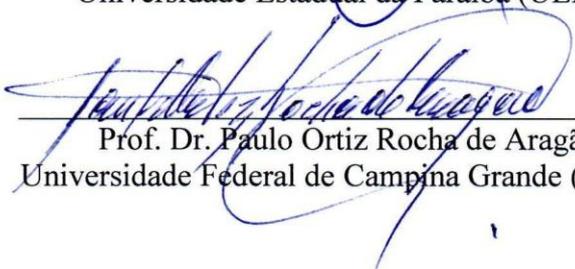


Prof. Dr. Lucas Vieira de Lima Silva  
Universidade Regional do Cariri (URCA)



---

Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à toda minha família, em especial ao meu esposo e aos meus filhos, que compreenderam e me ajudaram a vencer esta etapa. Aos que compõem a CREDUNI que contribuíram para o sucesso desta caminhada buscando o desenvolvimento profissional e o aprimoramento como pessoa humana.*

*Verônica Vieira de Lima e Silva*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido saúde e força de vontade em ter conseguido dar meus este passo na direção do conhecimento.

Ao meu esposo e filhos, que me ofereceram total apoio emocional e estímulo nos momentos mais difíceis e adversos, provocados pelo desânimo.

Aos meus filhos por serem fontes de motivação para alcançar mais uma etapa.

Ao professor e orientador Lucas Vieira de Lima Silva pelas contribuições dadas no decorrer deste trabalho e pelos incentivos para sua conclusão.

Aos professores João Silveira Cabral (in memoriam), Rômulo Marinho do Rego e Paulo Ortiz Rocha de Aragão pelo esforço despendido para a realização deste Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito.

A Coordenação do Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito e a UEPB, pelo apoio institucional e facilidades oferecidas.

*“O verdadeiro cooperado cuida da sua cooperativa”*

**Prof. João Silveira Cabral**

## RESUMO

O presente artigo trata sobre a educação financeira em cooperativas de crédito, tomando como referência o exemplo da CREDUNI, Paraíba. O interesse pelo tema surgiu por conta de nossa relação pessoal e profissional com a educação financeira como integrante do quadro de colaboradores dessa instituição há cinco anos, levando-nos a perceber uma crescente procura dos cooperados pela realização de empréstimos financeiros como forma de resolverem os problemas econômicos de seu dia a dia. Durante esse período, fizemos uma série de leituras e observações que, mais adiante, despertariam nosso entusiasmo pelo tema. Assim, surgiu um primeiro questionamento: Por que muitos dos cooperados que recebem seus salários em dia, não conseguem gerir sua vida financeira de forma planejada, evitando excessivos empréstimos e suas renegociações? Com essas incursões preliminares sentimo-nos instigados a analisar o Programa de Educação Financeira ofertado pela CREDUNI a fim de contribuir para uma melhor qualidade de vida dos cooperados. Como base teórico-conceitual, elegemos as noções de educação financeira em seus aspectos históricos e conceituais, os quais foram relacionados com o material/documento da análise. De abordagem qualitativa, a pesquisa compreendeu as suas dimensões bibliográfica e documental. Para tanto, tomamos como base o documento proposto pela CREDUNI que trata sobre *O Programa de Orientação Financeira Especializada* a partir de uma entrevista realizada pela CREDUNI INFORMA (2009) com o presidente daquele período. Os resultados obtidos na investigação em tela mostraram que a falta de orientação educacional financeira parece contribuir para que elevado número de cooperados entrem num processo cada vez maior de endividamento, passando a afetar sua renda, levando-os, por sua vez, ao comprometimento de sua qualidade de vida. No entanto, por meio da retomada da aplicação de uma reeducação financeira acreditamos que as cooperativas de crédito podem contribuir no processo de formação mais consciente dos cooperados em gerir suas finanças.

Palavras-chave; Educação financeira. orientação educacional. Finanças.

## **ABSTRACT**

**This article deals with financial education in credit unions, with reference to the example of CREDUNI, Paraíba. Interest in the subject arose because of our personal and professional relationship with financial education as part of the workforce that institution for five years, leading us to perceive a growing demand for cooperative members for performing financial loans as a way to solve problems economic of their day to day. During this period, we made a series of readings and observations later, arouse our enthusiasm for the subject. So a first question arose: Why many of the cooperative members who receive their salaries on time, can not manage your financial life in a planned manner, avoiding excessive borrowing and its renegotiations? With these preliminary incursions we feel urged to analyze the Financial Education Program offered by CREDUNI to contribute to a better quality of life for members. As a theoretical-conceptual basis, we choose financial education concepts in their historical and conceptual aspects, which were related to the material / document analysis. Qualitative approach, the research included its bibliographic and documentary dimensions. Therefore, we take as a basis the document proposed by CREDUNI which deals with The Financial Guidance Program Specialist from an interview conducted by CREDUNI INFORMA (2009) with the president of that period. The results on the screen research showed that the lack of financial education guidance seems to contribute to the high number of cooperative members take an increasing indebtedness process, going to affect their income, causing them in turn, to the commitment of its quality of life. However, through the resumption of the application of a financial reeducation we believe that credit unions can contribute to more conscious process of formation of cooperative members to manage their finances.**

**Key words; Financial education. educational orientation. Finance.**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....</b>	<b>12</b>
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	12
2.2 AFINAL, O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA?.....	16
2.3 A CREDUNI E SEU PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA AOS SEUS COOPERADOS.....	19
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação diz respeito a algo imprescindível na vida em sociedade. Ela ocorre cotidianamente em todo tempo e lugar no contexto das relações sociais. Através dela aprendemos uma série de valores morais, éticos, sociais, entre outros, indispensáveis à convivência humana, visando melhorarmos e ampliarmos nossas possibilidades de comunicação e compreensão sobre o mundo cada vez mais complexo, ajudando-nos, sobretudo, no alcance de uma vida qualitativamente melhor.

Nessa grande área de desenvolvimento humano, situa-se, também, a educação financeira, a qual “[...] vem ganhando importância e gerando debates consistentes nos meios acadêmico, governamental e empresarial.” (SANTOS, 2009, p. 1). Trata-se, portanto, de tema de significativa relevância, devendo, por esse motivo, ser encarado com muita seriedade desde a mais tenra idade, uma vez que esse tipo de educação poderá nos proporcionar maior conscientização sobre aquilo que devemos gastar e poupar de acordo com as nossas condições e necessidades mediatas e imediatas, principalmente se levarmos em conta que nos encontramos num ambiente financeiro de incentivo exacerbado ao consumo.

Num ambiente como esse, “[...] aliado a uma economia em crescimento, a oferta de produtos de crédito, investimento e seguro torna-se abundante, mas ao mesmo tempo mais complexa, exigindo dos clientes um nível de conhecimento [...]” (SANTOS, 2009, p. 1) bem mais elevado, podendo se fazer um planejamento apropriado e, por conseguinte, guiar-se pelas melhores escolhas, visando atingir seus alvos traçados de acordo com o tempo preestabelecido do planejamento.

Entretanto, não podemos adquirir uma educação financeira se não buscarmos a ajuda de especialistas sobre esse tema. De posse dessa contribuição e abastecidos desse conhecimento, precisamos, nós mesmos, contar com procedimentos devidamente consistentes para o alcance do equilíbrio financeiro e, conseqüentemente, para a melhoria de nosso bem-estar, haja vista ser este o objetivo daqueles que almejam mais qualidade de vida por meio do controle de seus gastos financeiros pessoais e familiares.

Diante dessas afirmações preliminares, nosso trabalho procurou responder a seguinte questão: **como era proposta a educação financeira em cooperativas de crédito na CREDUNI, Paraíba?**

Assim sendo, nossas preocupações em realizar este artigo situaram-se, fundamentalmente, em razões de ordem pessoal e acadêmica. Nas de ordem pessoal, como integrante do quadro de colaboradores da CREDUNI há cinco anos, temos observado uma

crescente procura dos cooperados pela realização de empréstimos financeiros como forma de resolverem os problemas econômicos de seu dia a dia.

Entretanto, essas suas iniciativas parecem não estar surtindo o efeito que talvez esperem, uma vez que tem sido frequente o retorno desses mesmos cooperados para uma renegociação da dívida e realização de novos empréstimos. Tudo isso, temos empiricamente observado, faz-nos crer que eles, ao invés de estarem resolvendo suas dívidas estão, ao contrário, mantendo e ampliando-as ainda mais, entrando numa situação cada vez mais complexa e difícil de resolver, tendo, muitas vezes, até mesmo que recorrer a agiotas, tornando o problema ainda mais embaraçoso. Esse pode ser um problema frequente em outras cooperativas de crédito? Como a CREDUNI vem contribuindo para a melhoria da educação financeira de seus cooperados?

De posse dessas e outras observações empíricas trazemos as razões acadêmicas deste estudo, a partir de algumas questões possíveis de ser enumeradas: Por que muitos dos cooperados que recebem seus salários em dia, não conseguem gerir sua vida financeira de forma planejada evitando a realização de excessivos empréstimos e suas renegociações? A aplicação de uma reeducação financeira poderia, de fato, contribuir para uma melhor gestão das contas e gastos desses cooperados? Como isso seria possível? Até que ponto esses endividamentos podem interferir negativamente na sua qualidade de vida?

Esses e outros prováveis questionamentos a serem formulados no decorrer desta pesquisa nos motivaram realizar um estudo acadêmico capaz de averiguar o Programa de educação financeira possível de contribuir para uma melhor qualidade de vida dos cooperados.

Para tanto, de maneira mais específica, nos empenhamos em revisitar a origem e a evolução das cooperativas de crédito no Brasil e seus aspectos conceituais; apresentar as definições conceituais de educação e educação financeira, para uma melhor compreensão sobre as discussões em torno do tema; e, ainda, verificarmos como, de fato, o programa de reeducação financeira proposto pela CREDUNI poderia, sendo retomado, contribuir para uma melhor qualidade de vida de seus cooperados.

Optamos pela realização da pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental. A primeira é entendida como aquela materializada por meio dos registros disponíveis sobre o tema. Decorre de pesquisas anteriores, na verificação de documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizada através de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, os textos passam a se constituir fontes dos temas a

serem investigados. Assim, ao pesquisador, permite-se trabalhar a partir dos subsídios dos autores dos estudos analíticos dos textos selecionados (SEVERINO, 2007).

Nesse tipo de pesquisa fizemos leituras e fichamentos de textos de artigos selecionados e retirados de sites especializados que tratam, fundamentalmente, sobre a história e o conceito das cooperativas de crédito no Brasil, as definições conceituais em torno da educação financeira que ajudam os cooperados a gerirem melhor suas vidas. Os procedimentos de ler e fichar os textos selecionados permitiu-nos a construção dos textos constituintes deste trabalho.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, partimos para a pesquisa documental. Essa diz respeito a uma “[...] fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p. 122). Esse tipo de pesquisa incidiu, principalmente, na leitura, na descrição e na análise atentas, cuidadosas e minuciosas de uma entrevista sobre *O Programa de Orientação Financeira Especializada* realizada pela CREDUNI INFORMA (2009) com o presidente daquele período. De posse desse documento, matéria-prima constitutiva de nossa investigação, realizamos as explorações e o tratamento analítico do que pretendemos estudar.

Antecipamo-nos em afirmar que a falta de orientação educacional financeira parece contribuir para que elevado número de cooperados entrem num processo cada vez maior de endividamento, passando a afetar sua renda, levando-os, por sua vez, ao comprometimento de sua qualidade de vida. No entanto, por meio da aplicação de uma reeducação financeira acreditamos que as cooperativas de crédito podem contribuir no processo de formação dos cooperados, tornando-os mais conscientes em como administrar suas finanças.

O estudo está dividido em três momentos distintos. No primeiro, realizamos uma revisitação histórica e conceitual das cooperativas de crédito no Brasil. No segundo, apresentamos definições conceituais sobre educação e educação financeira. E, no terceiro e último momento, verificamos como a CREDUNI Paraíba concebe seu programa educativo-financeiro, visando contribuir para a aquisição da cultura de autogestão dos gastos financeiros e, conseqüentemente, para o alcance do bem-estar dos cooperados atendidos pelo programa.

Ao colocarmos em prática a oferta de uma educação financeira voltada à reeducação de pessoas cooperadas, torna-se necessário, antes de tudo, compreendermos que sua apreensão será possível mediante o desencadeamento de uma série de estratégias didático-metodológicas capazes, verdadeiramente, de instrumentalizar estes sujeitos em sua autogestão financeira para que possam desfrutar de uma vida qualitativamente melhor.

## 2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Dividimos esta seção em três partes previamente definidas. Na primeira, realizamos um recorte histórico e conceitual sobre educação cooperativa no Brasil. Em segundo lugar, tratamos das definições conceituais em torno da educação financeira. E, por último, verificamos como estratégias educativo-financeiras podem contribuir no processo do bem estar de sujeitos cooperados. Para tanto, apoiamos-nos em especialistas e autores que vêm tratando sobre o tema em tela de maneira elucidativa.

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Vários autores, na atualidade, vêm discutindo sistematicamente a questão das cooperativas no Brasil. Todos eles, em se tratando de trabalhos mais completos e consistentes, trazem questões não apenas de ordem técnica, mas, também, contemplam em seus estudos outros tipos de conteúdos, tais como aqueles de cunho histórico, conceitual, normativos, dos princípios básicos de uma cooperativa, de segmentos do cooperativismo, das finalidades, dos produtos e serviços, das modalidades, entre outros temas relativos ao assunto.

Nossa intenção aqui se concentra nas discussões em torno de sua história e definições conceituais, haja vista atender aos objetivos de nosso trabalho que é o de analisar estratégias educativo-financeiras desenvolvidas em cooperativas de crédito aos seus cooperados, mas, para tanto, faz-se necessário, inicialmente, recorreremos a estes temas histórico-conceituais como forma de melhor situarmos e contextualizarmos as discussões.

“As primeiras cooperativas surgiram na França e na Inglaterra, entre 1820 e 1840.” (SEBRAE, 2013, p. 3). Inicialmente, o cooperativismo, no mundo, origina-se da organização dos trabalhadores na Inglaterra, em pleno período da Revolução Industrial. No dia 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale da cidade de Manchester, aproximadamente 28 tecelões (SISTEMA OCB/AP, 2013), enfrentando o problema do desemprego e das baixas condições salariais, mobilizam-se no sentido de adquirirem produtos de atendimento para as necessidades básicas e de sobrevivência (SEBRAE, 2009). Estes sujeitos se reuniram incontáveis vezes, no período de um ano para:

[...] definir os princípios de um novo sistema sócio-econômico e os estatutos de um empreendimento, diferente das empresas mercantis então existentes, além de economizar mensalmente suas pequenas economias para conseguir um Capital inicial de 28 libras, que serviu para abrir uma cooperativa do Ramo Consumo. Essa cooperativa cresceu rapidamente e se multiplicou, tanto na Inglaterra como em outros países, desencadeando em todo o mundo a criação de novas cooperativas de diversos ramos de atividade, baseadas nos mesmos princípios definidos pelos Pioneiros de Rochdale. (SISTEMA OCB/AP, 2013).

Dessa maneira, estes sujeitos, inauguraram a *Associação dos Probos Pioneiros* daquele bairro. Mais tarde, esta associação se transformaria em Cooperativa de Rodchdale, constituída, basicamente, do capital dos trabalhadores envolvidos naquele empreendimento. Esta iniciativa objetivava obter recursos financeiros para aumentar o poderio de compra do grupo. À medida que iam se dedicando às cooperativas de consumo, o movimento, gradativamente, alastrava-se pelo continente europeu, sobretudo no ramo *crédito* (SEBRAE, 2009).

Com o passar dos tempos, as experiências das cooperativas pelos trabalhadores foram desenvolvendo-se em países como a França e a Alemanha, difundindo-se, posteriormente, em outros países do mundo inteiro. No Brasil, por exemplo, estas entidades são reconhecidas legalmente como forma de organização.

Percebemos que no princípio, além de suas funções econômicas, as cooperativas desempenhavam “[...] o papel de sociedade beneficente, de sindicato e até de universidade popular. A partir do fim do século XIX o movimento cooperativista envolveu setores como agricultura, comércio varejista, pesca, construção e habitação.” (SEBRAE, 2013, p. 3).

A passagem do século XIX para o XX contribuiu decisivamente para que outros tipos de cooperativas fossem surgindo. Entretanto, mesmo assim, a maioria delas estavam ligadas marcadamente ao campo da agricultura. De lá para cá, podemos dizer que as cooperativas, principalmente as urbanas, estão se expandindo cada vez mais no mundo. Isto tem ocorrido, sobretudo, em função do êxodo rural e da maior emergência de problemas sociais nas cidades.

Nesse caso, podemos deduzir que em torno de qualquer problema econômico ou social, existe a possibilidade de formarmos uma cooperativa para atender aos interesses de uma determinada comunidade preocupada em resolver ou pelo menos minimizar seus problemas. De fato, pela diversidade de possibilidades de atuação, as cooperativas se apresentam como opção para resolver problemas decorrentes, por exemplo, do desemprego, da baixa renda, etc., permitindo que as pessoas se unam em torno de um sistema de cooperativa em busca de seu bem-estar.

Dessa maneira, as cooperativas funcionariam como instrumentos de geração de emprego e renda, podendo atuar desde os processos de *produção, industrialização, comercialização, crédito e prestação de serviços* (SEBRAE, 2009).

Experiências mais expressivas no campo das cooperativas foram as que têm sido constituídas pelo trabalho e pela produção industrial. As primeiras congregando pessoas, comumente desempregadas, para oferecer serviços a outras empresas, num processo de terceirização. Já as segundas, após terem vivenciado processos de falência as indústrias passam a ser administradas pelos próprios trabalhadores.

Nessas duas situações, as cooperativas apresentam um conjunto de vantagens para os trabalhadores que, possivelmente, sem elas, estariam numa condição de vida mais precária, sobretudo em função das dificuldades financeiras e dos problemas trabalhistas que geralmente enfrentam em nossa sociedade.

Nesse contexto, o cooperativismo no Brasil vai surgir justamente no começo do século XX, por meio de ações notadamente desencadeadas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Em 1902, na pequena localidade de Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, surgiu a primeira cooperativa de crédito da América Latina, criada pelo padre suíço Theodor Amstadt. (SEBRAE, 2013), constituindo-se um marco histórico sobre este empreendimento em nível nacional.

A cooperativa de crédito vem crescendo e se ampliando cada vez mais nas instâncias públicas e privadas de nossa sociedade. Muitos têm sido os esforços realizados por grupos de pessoas comuns e funcionários públicos em criar e manter suas cooperativas como forma de tentar garantir uma melhor qualidade de vida através da busca equilibrada e segura de empréstimos e aplicações que possam, de fato, contribuir para a concretização de sonhos e planejamento ao alcance pessoal e familiar.

Após termos revisitado a história da cooperativa no mundo e no Brasil, compete-nos, neste momento, situarmos conceitualmente este tipo de organização social. Para tanto, buscamos diferentes definições que possam nos oferecer uma síntese palpável aos interesses do estudo aqui empreendido.

Desse modo, numa primeira aproximação sobre o entendimento de cooperativa, podemos afirmar que esta diz respeito a:

uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente

gerida. No Brasil, Cooperativa é uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. De acordo com o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo (Brasília/1988) a cooperativa fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários. (SISTEMA OCB/AP, 2013).

Trata-se, portanto, de uma *associação autônoma* formada por pessoas que se unem para prestar serviços entre si. “Essas pessoas montam uma entidade ou instituição de propriedade conjunta (a cooperativa), que é controlada por todos, de maneira democrática. Os serviços prestados podem ser de natureza econômica, financeira, social e educativa.” (SEBRAE, 2013, p. 4).

No sistema de cooperativa, por seu caráter autônomo, os cooperados são patrões e empregados ao mesmo tempo. Com isto, todos os envolvidos podem participar das decisões que dizem respeito à entidade da qual fazem parte.

A cooperativa pode ser definida conforme seu serviço prestado. Por este motivo, podemos dispor de uma associação voltada para um daqueles serviços explicitados naquela passagem anterior.

Na verdade, a noção de cooperativa assenta-se mesmo num tipo de entidade constituída de pessoas que se juntam de maneira espontânea para atender anseios e imperativos econômicos, sociais e culturais comuns, através de uma iniciativa de caráter coletivo e democraticamente conduzida e administrada, como temos frisado anteriormente em outros termos.

Mais uma vez, recorrendo ao SEBRAE (2009, p. 9), este afirma que “A cooperativa é, então, um meio para que um grupo de pessoas atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca.”. Trata-se de uma associação que se diferencia de outras formas de entidades de pessoas por seu caráter fundamentalmente econômico, de modo que seu intuito é alocar os produtos e serviços de seus cooperados no mercado, em condições mais vantajosas do que teriam isoladamente. Desse modo, entendemos a cooperativa como uma *empresa* que oferece serviços aos seus cooperados. Em síntese, podemos dizer que:

Embora sobre vários aspectos uma cooperativa seja similar a outros tipos de empresas e associações, ela se diferencia daquelas na sua finalidade, na

forma de propriedade e de controle, e na distribuição dos benefícios por ela gerados. Essas diferenças definem uma cooperativa e explicam seu funcionamento. Para organizar essas características e possibilitar uma formulação única para o sistema, foram estabelecidos os princípios do cooperativismo, pelos quais todas as cooperativas devem balisar seu funcionamento e sua relação com os cooperados e com o mercado. (SEBRAE, 2009, p. 9).

No nosso caso aqui, estamos mais interessados em compreender de maneira mais específica qual o sentido e significado da cooperativa de crédito, objeto de nosso estudo. Desta maneira, de acordo com o SEBRAE (2013, p. 6), uma cooperativa de crédito refere-se a:

[...] uma instituição financeira formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. Quando um grupo de pessoas constitui uma cooperativa de crédito, o objetivo é propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para seus associados (por exemplo: emprestar dinheiro com juros bem menores e com menos exigências do que os bancos).

Assim, à medida que a cooperativa de crédito se dispõe a prestar um serviço de empréstimo de dinheiro com juros bem menores e com menos exigências do que aqueles valores praticados pelos bancos, sua missão deverá estar direcionada, sempre e ao mesmo tempo, para a educação financeira de seus cooperados, bem como no processo de manutenção e preservação da associação constituída pelos próprios sujeitos e voltada ao benefício destes mesmos sujeitos. Portanto, a boa educação financeira dos cooperados contribui de maneira significativa para que criatura e criadores perpetuem-se harmoniosamente na sociedade.

## 2.2 AFINAL, O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

Afinal, o que é educação financeira? Antes de respondermos esta questão, cabe-nos definirmos, minimamente, o que vem a ser educação, pois educação financeira diz respeito apenas a uma parte deste universo.

Assim, de maneira geral, educação, segundo Brandão (2006, p. 10) diz respeito a:

[...] uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de

educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes ocultar, às vezes inculcar – de geração a geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Assim, tomando a educação financeira como espaço em que a educação se manifesta e entendendo a extensão das noções de educação, pedagogia e currículo para além dos muros da escola, os quais não são privativo deles, acreditamos que nós nos educamos em todos os espaços e tempos da vida pelos quais circulamos no interior de uma cultura. (SILVA, 2013).

De uma forma ou de outra, em diferentes espaços da vida social nós estamos sempre nos educando, uma vez que ninguém escapa da educação. De fato, na perspectiva da educação financeira, currículo e pedagogias são praticados, reproduzindo os valores inerentes ao contexto social do qual este tipo de educação faz parte.

Assim, fica-nos evidente que a Educação extrapola os muros da escola, instituição com a qual o papel principal na formação dos estudantes que dela usufruem, sobretudo em se tratando de acesso a conhecimentos historicamente sistematizados e acumulados pela sociedade que cria e recria (SIMOM, 2001).

Dessa maneira, podemos dizer que a educação financeira pode ser compreendida como algo a ser desenvolvido em qualquer espaço da vida social, mas para tanto, precisamos, antes, compreendê-la em seu sentido e significado.

Numa primeira aproximação, podemos afirmar que “[...] educação financeira deve ser vista como um conjunto de hábitos financeiros saudáveis que contribuam para melhorar a situação, o proveito e as perspectivas financeiras das pessoas.” (MODERNELL, 2013, p. 2). O foco principal da educação financeira seria melhorar as condições gerais das pessoas. Neste caso, este tipo de educação serviria para ensinar e conscientizar os sujeitos sobre como melhor gerir e gastar seus recursos financeiros, contribuindo para disporem de uma vida mais tranquila e mais organizada.

O termo pode ser entendido ainda como um processo de transmissão de conhecimento “[...] que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais.” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1122). Mais uma vez, a compreensão está assentada na ideia de capacidade de administração da renda que o indivíduo dispõe para

gastar de forma racional e objetiva conforme as condições a ele apresentada. Para tanto, precisa aprender a tomar decisões acertadas para que possa, de fato, garantir a gestão de seu dinheiro.

A educação financeira pode ser definida, também, “[...] como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida.” (PINHEIRO, 2013, p. 2). Notamos que esta definição se aproxima bastante daquela anteriormente mencionada. Neste caso, a ideia se refere ao desenvolvimento de habilidade que as pessoas devem apresentar na hora de gastar ou investir seus recursos financeiros. Portanto, a questão não se prende, necessariamente, a noção de poupar, mas de usufruir do dinheiro que dispõe de maneira racional e inteligente para não comprometê-lo.

Estas definições apresentadas anteriormente, a nosso ver, podem ser melhor compreendidas a partir de Pinheiro (2013, p. 2) buscando inspiração na OCDE<sup>1</sup> (2005):

[...] educação financeira é o processo pelo qual agentes financeiros melhoram sua compreensão de produtos e de conceitos financeiros, mediante informação, instrução e aconselhamento direto, o que promove a habilidade e a confiança necessárias para que os indivíduos se tornem mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiras, para que façam escolhas fundamentadas, para que saibam onde podem encontrar ajuda e para que tomem quaisquer ações eficazes com o objetivo de melhorar seu bem-estar financeiro.

Nessa passagem, fica-nos evidente a importância da educação financeira na vida das pessoas. Ela não apenas contribui para que através de uma formação consistente os sujeitos ampliem seu entendimento sobre produtos e conceitos financeiros, mas também, os ajudem no desenvolvimento de capacidades e na conquista da confiança indispensável no processo de conscientização dos riscos e das oportunidades financeiras que estes indivíduos possam conhecer. E eles, de posse dessa tomada de consciência, possam se sentir mais seguros tanto ao tomarem decisões e fazerem escolhas firmes, sobre o que pretendem efetivar de posse do que dispõem, quanto saberem com quem contar na hora da necessidade de apoio em benefício de suas finanças.

---

<sup>1</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

### 2.3 A CREDUNI E SEU PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA AOS SEUS COOPERADOS

Nesta parte do estudo tivemos como objetivo analisar uma entrevista com o ex-diretor Presidente da Cooperativa CREDUNI de João Pessoa, realizada através do Boletim Informativo do CREDUNI INFORMA em janeiro/fevereiro de 2009. A fala deste sujeito trata sobre o serviço de orientação financeira, aprovado pelo Conselho de Administração da CREDUNI, material de interesse de nossos propósitos aqui pretendidos.

A aprovação da referida proposta tem como objetivo “[...] contribuir para o bem-estar social dos cooperados através de orientação e da oferta de produtos e serviços econômico-financeiros, de forma integrada à comunidade e ao sistema cooperativo.” (CREDUNI INFORMA, 2009, p. 3).

Assim, nossa preocupação inicial é a de analisar o conteúdo da entrevista para depois apresentarmos nosso entendimento sobre o que poderia ser pensado e acrescentado em termos de uma proposta de educação financeira mais viável aos cooperados da CREDUNI.

O sentido desta análise aqui não seria a de nos contrapormos às proposições do programa apresentado, mas a ideia é a de refletir sobre ele e, a partir deste procedimento, sugerirmos o que deveríamos considerar na formulação de um tipo de educação desta natureza para que possa de fato atender aos interesses e anseios dos cooperados que necessitam de uma educação financeira condizente com sua realidade psicológica, social e econômica.

A entrevista realizada por aquele boletim informativo com o Diretor Presidente da CREDUNI, à época, concentrou-se em revelar questões relativas ao motivo de criação da cartilha para a orientação financeira de seus cooperados, a necessidade de criação do programa, sobre como proceder com a inscrição, quem são seus profissionais/orientadores, as expectativas e a proposição de outras ações pretendidas pela direção.

De início, o entrevistado deixa evidente que a missão e filosofia da CREDUNI é a de manter aproximação máxima com seus associados, objetivando atender, da melhor maneira possível, seus interesses e necessidades, sem se descuidar do pronto atendimento na prestação de informações e orientações indispensáveis.

Vale salientar que a prestação de um serviço de qualidade aos cooperados só pode ser possível mediante um conhecimento prévio de sua realidade pessoal, social e econômica. Estas três questões devem ser lavadas em conta porque passamos a compreender o sujeito atendido de maneira mais plena, dotado de valores que interferem diretamente na sua forma de se organizar na vida pessoal e social. Portanto, a aproximação máxima da CREDUNI,

junto aos seus cooperados como missão e filosofia, deve levar em conta a interconexão destas variáveis aqui explicitadas.

Antes, as orientações estavam voltadas apenas para cooperados que tinham poupança e desejavam fazer investimentos. Entretanto, com aqueles sujeitos mais afeitos à formalização de empréstimos, a CREDUNI não fornecia um acompanhamento mais detido e cuidadoso. A necessidade de um acompanhamento mais íntimo vai surgir, sobretudo, a partir do instante em que percebemos associados virem efetuando empréstimos constantes, com pedidos sistemáticos excessivos de renovação dos contratos, parecendo ser um indicador de instabilidade financeira. Este contexto vai desencadear a necessidade de criação e aprovação de um programa para atendimento destes casos que exigem uma educação financeira ao processo de conscientização do contexto de desequilíbrio para um de equilíbrio das finanças pessoais e familiares.

Após a inscrição no programa, tanto de forma pessoal quanto por telefone, o cooperado, demonstrando interesse em participar do programa, deve cumprir com os dias e horários das consultas para que os resultados desejados possam ser alcançados, ou seja, a reorganização financeira deve prevalecer em detrimento das instabilidades apresentadas.

O acompanhamento junto a estes associados dar-se-ia por meio de profissionais devidamente qualificados e de confiança da Diretoria da CREDUNI e engajados com os propósitos do programa de reeducação financeira dos associados. Trata-se da prestação de serviço personalizado, confidencial, visando preservar a identidade do atendido para que as orientações individuais possam promover credibilidade e, conseqüentemente, surtir os efeitos esperados pelo programa e seus atendidos.

A expectativa da Diretoria da CREDUNI assenta-se no interesse dos associados em cumprir com as orientações e metas estabelecidas pelos profissionais responsáveis e diretamente designados para este fim. Caso seja necessário, a família participaria das orientações como forma dos consultores poderem conhecer melhor a realidade de quem está sendo orientado e, por conseguinte, disponibilizar um atendimento e acompanhamento mais consistente para o alcance dos objetivos preestabelecidos.

Em resumo, fica-nos a ideia de que uma educação financeira de qualidade proposta pela CREDUNI deve levar em conta estratégias como: aproximação máxima da associação encarregada de execução do programa junto aos cooperados como forma de melhor se conhecer sua realidade social e econômica; acompanhamento personalizado e discreto para os assistidos pelo plano; disponibilização de profissionais devidamente habilitados para atender aos cooperados que buscam este tipo de serviço; e, caso necessário, contar com a colaboração

da família do associado para que a prestação das orientações possam ocorrer de maneira satisfatória ao atendimento das metas previstas.

Entretanto, vale salientar, nenhuma destas estratégias para o alcance de uma boa educação financeira terá eficácia se quem delas usufruírem não disporem de uma educação ampla e substancialmente forte. A base de tudo está na educação que as pessoas recebem em casa e nos ambientes sociais que frequentam e participam. Partindo desse ponto, podemos afirmar que a pessoa estará apta a tomar decisões mais seguras e acertadas ao seu bem estar pessoal, social, econômico e político se tiver uma educação que a habilite a agir conscientemente em seu benefício, sabendo e tendo a noção clara de seus direitos e deveres.

Assim, o fato de determinados sujeitos não serem bem sucedidos em sua organização e administração financeira advém, também, da falta de uma educação interdisciplinar que os tornem capazes de se perceberem sujeitos plenos e inseridos num contexto em que precisarão estar suficientemente preparados para enfrentar as dificuldades de seu cotidiano com sabedoria e habilidade para o prevailecimento do equilíbrio geral de suas vidas em constante oposição ao processo de instabilidade financeira que certamente deverão enfrentar numa sociedade de consumo como a nossa.

Portanto, uma educação que valoriza e prioriza a *ética do cuidado* e tudo aquilo que lhe possa ser útil para o indivíduo, sobretudo na consolidação mais equilibrada, responsável e humana, garantiria, certamente, a formação de pessoas bem mais preparadas para gerirem suas vidas, inclusive a financeira. É nesta perspectiva que um programa de educação financeira deve se apoiar.

Apresentado este contexto mais geral sobre a necessidade de se investir numa educação com visão de mundo, não pretendemos negar e refutar os importantes projetos e suas execuções que contribuem para a melhoria da educação financeira de cooperados. Sabemos que as estratégias educativo-financeiras exercem papel didático-pedagógico preponderante na vida destes indivíduos e, por isto, devem ser colocados em prática sempre, sobretudo por acreditarmos que vão auxiliar de maneira destacada na vida daqueles que precisam administrar seus rendimentos dentro da realidade que dispõem para fazerem isto. As cooperativas de crédito não pretendem o desequilíbrio. Este contexto não interessaria a ninguém, a nenhuma das partes. É por esse motivo que todos, cooperativas e cooperados devem agir no sentido de uma educação financeira qualitativamente capaz de contribuir na reversão do quadro caótico de endividamento que assola vertiginosamente a sociedade como um todo.

Diante do que expusemos até aqui nesta análise, vale afirmar, torna-se oportuno atuarmos em duas frentes para a melhoria da educação financeira de pessoas cooperadas. A primeira, de ordem mais pontual, diz respeito ao aperfeiçoamento cada vez maior das propostas e estratégias de educação financeira ao atendimento de sujeitos associados. E a segunda, de natureza mais duradoura, refere-se àquela em que os resultados de uma boa educação financeira se constituiriam de uma visão interdisciplinar, cuidadosa, responsável, consciente e humana, formando cidadãos plenamente capazes de gerirem suas vidas em todos os sentidos, inclusive no econômico.

As estratégias para uma boa educação financeira dependerão também da capacidade e sensibilidade daqueles que estão formulando proposições nesta perspectiva, principalmente na fase diagnóstica que antecede a construção da versão final de um projeto/planejamento para este fim.

Antes de tudo, torna-se extremamente importante que seus idealizadores se baseiem não apenas em suas leituras e vastas experiências e vivências no campo da educação financeira, mas, também, que possam ser capazes de observar e diagnosticar com tempo e condições necessários os reais motivos que levam determinados cooperados a não conseguirem o equilíbrio financeiro que desejam e necessitam para o alcance e manutenção de uma vida digna e estável.

Estes procedimentos antecedentes à formulação do projeto permite percebermos que cada realidade demanda a construção de estratégias concernentes ao seu contexto. Não devemos nos basear em outras proposições que não representem e reflitam o próprio tempo e espaço em que pretendemos atuar, haja vista não haver um modelo padrão absoluto para qualquer realidade. As realidades são diferentes em cada cooperativa de créditos e, por isto, não devemos tomar por base modelos preestabelecidos representativos de outras experiências, mesmo sabendo que possa ter dado certo noutra tempo e espaço da vida de uma determinada cooperativa. O que podemos fazer, no máximo, é apenas conhecer bem a proposição para vermos como ela pode nos ajudar nas nossas formulações.

Acreditamos, portanto, que as estratégias de uma educação financeira não vêm de fora para dentro do tempo e espaço onde o problema está se manifestando, mas elas surgem ou são formuladas de dentro para fora do fenômeno revelado. É por isso que não podemos acreditar que estratégias *importadas* possam dar certo para tempos e espaços de onde estas estratégias não germinaram.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que a educação financeira proposta na cooperativa de crédito da CREDUNI materializa-se por meio de preocupações que priorizam questões importantes de humanização de seus cooperados. A ideia de aproximação máxima dos sujeitos ao programa, a disponibilização de profissionais devidamente qualificados às orientações adequadas para a obtenção dos resultados, o atendimento pessoal e sigiloso e, em casos especiais, a participação e o engajamento da família do associado no acompanhamento, parecem deixar evidente como se alcançar os resultados esperados através desse tipo de educação.

Acreditamos que a retomada desse projeto faz-se necessária, principalmente por dois motivos. O primeiro deles, refere-se à questão de a CREDUNI reafirmar seu compromisso social com os seus cooperados, dando-lhes a atenção e o apoio que merecem. E, o segundo, diz respeito a possibilidade de esses mesmos associados poderem usufruir de um programa capaz de oferecer-lhes um monitoramento sistemático, visando uma verdadeira reeducação financeira e reequilíbrio de suas economias.

Entretanto, torna-se necessário que a CREDUNI reveja os motivos pelos quais concorreram para que o programa educativo-financeiro não fosse mantido em atividade. A partir desse levantamento, sobretudo após uma avaliação criteriosa, colocar em prática novamente esse tipo de ação, porém, desta vez, suficientemente atualizado para atender, com êxito, os anseios tanto da cooperativa quanto de seus cooperados.

Hoje em dia, a educação financeira no mundo é uma questão de ordem, uma vez que o problema do endividamento vem afetando as economias dos países que vem apresentando dificuldades no controle dos gastos excessivos de seus compatriotas.

Portanto, em vez de ficarmos buscando saídas paliativas, ou a *cura doença* já instalada no sistema, devemos, na verdade, trabalhar na perspectiva de uma educação preventiva. Nesse sentido, propomos que se trabalhe em duas frentes em relação aos programas de educação financeira. A primeira, de ordem mais geral, deve ser realizada no contexto escolar com muita seriedade, desde as fases iniciais do ensino, passando pelo fundamental e se estendendo até o médio. E, a segunda, de maneira mais focal, trabalhar na perspectiva de uma reeducação para se combater os gastos excessivos, as negociações das dívidas existentes para renovação de empréstimos por cima de empréstimos, aumentando ainda mais as dívidas em vez de resolvê-las.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fábio de Almeida Lopes; SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta de. Educação Financeira para um Brasil Sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. In: **Banco Central do Brasil: trabalhos para discussão 280**. Brasília: Secre/Comum/Cogiv, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td280.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL COOPERATIVO. **Cooperativismo**: forma ideal de organização. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 24 jun. 2013.
- BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- COPERALIANÇA: ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO. Cooperativismo: o que é cooperativa? Disponível em: <<http://www.cooperalianca.com.br/cooperativismo/cooperativa>>. Acesso em: 23 jun. 2013.
- CREDUNI INFORMA. **Programa de Orientação Financeira Especializada**. (Entrevista com o Diretor Presidente da CREDUNI, João Silveira Cabral). João Pessoa, janeiro/fevereiro, 2009.
- MODERNELL, Álvaro. **Afinal, o Que é Educação Financeira?** Disponível em: <[http://www.revistacentral.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3145:afinal-o-que-e-educacao-financeira&catid=110:negocios&Itemid=490](http://www.revistacentral.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3145:afinal-o-que-e-educacao-financeira&catid=110:negocios&Itemid=490)>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6 ed. – Brasília: BCB, 2008.
- PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. Disponível em: <[http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3\\_090420-113416-244.pdf](http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **História no Brasil**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/>>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- SANTOS, Liana Ribeiro dos. **Educação Financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial**. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Ano 4, n. 39, 2009.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Cooperativa de Crédito**: o que é, como funciona e como aproveitar os benefícios desse sistema. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/7D80087347D99A8B032570690045A213/\\$File/NT00031B8E.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/7D80087347D99A8B032570690045A213/$File/NT00031B8E.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Cooperativa**: série empreendimentos coletivos. BRASÍLIA: SEBRAE/NACIONAL, 2009.

SIMSOM et al. **Educação Não-Formal**: cenários da criação. Campinas: UNICAMP, 2001.

SISTEMA OCB/AP. **O Que é Cooperativismo?** Disponível em: <[http://www.sescoop-ap.coop.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=40](http://www.sescoop-ap.coop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=40)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

SILVA, Lucas Vieira de Lima. **Empoderamento de Afro-Brasileiros no Futebol**: o Projeto Atleta Cidadão do Futuro como espaço de inclusão social. 2013. 328f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2013.

ZANLUCA, Júlio César. **Como Funcionam as Cooperativas**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/cooperativas.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2013.